



APROVADO

Em: 20 / 05 / 2026

Assinatura

Estado do Maranhão

Câmara Municipal de Bacabal

ATA DA REUNIÃO PARLAMENTAR DA COMISSÃO EXTERNA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, reuniram-se no Plenário da Câmara Municipal de Bacabal, Estado do Maranhão, os membros da Comissão Externa de Prevenção e Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil da Câmara dos Deputados. Constatada a presença das autoridades nominadas, o Senhor Presidente, Deputado Federal Fernando Rodolfo, declarou aberta a presente Visita Técnica e Audiência Pública, instituída em conformidade com o Requerimento nº 1/2026, aprovado por unanimidade no colegiado federal em 12 de maio de 2026. Foram convidados a compor a mesa diretora dos trabalhos: a Senhora Vereadora Natália Duda, Presidente da Câmara Municipal de Bacabal; o Senhor Ederson Martins, Subsecretário de Estado de Segurança Pública do Maranhão; a Senhora Ariana Sampaio Souza, Delegada de Polícia Civil e Presidente da Comissão Investigativa local; o Senhor Murilo Tavares Pereira, Delegado de Polícia Civil integrante da referida comissão; o Senhor Celso Serafim Júnior, Juiz Coordenador do Núcleo Especializado de Atenção às Vítimas (NEAV) do Tribunal de Justiça do Maranhão; a Tenente-Coronel Leila Araújo, Comandante do 15º Batalhão de Polícia Militar; o Major David Silva Abreu, Comandante do 6º Batalhão de Corpo de Bombeiros Militar; e a Senhora Clarice Cardoso, genitora das crianças desaparecidas. O Senhor Presidente explicitou que a presente oitiva institucional visava acompanhar o estágio das apurações acerca do desaparecimento dos menores Ágata Isabele e Alan Micael, ocorrido em 4 de janeiro de 2026 na zona rural deste município, bem como fiscalizar a atuação governamental, ouvir as forças de segurança, colher depoimentos de familiares e traçar medidas protetivas coordenadas. Destacou, outrossim, o marco simbólico da solenidade, realizada no Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Iniciada a fase de pronunciamentos, a genitora das crianças desaparecidas, relatou que, em 4 de janeiro, confiou o cuidado de seus filhos à avó materna enquanto se deslocava a uma propriedade rural vizinha, vindo a ser notificada do desaparecimento das crianças no final daquela tarde. Informou que o menor Kauan (primo das crianças, localizado com vida dois dias após o ocorrido) forneceu relatos informais posteriores indicando a intervenção de um terceiro indivíduo, de compleição baixa, barbudo e condutor de uma motocicleta antiga, que teria despido o menor e evadido-se do local com as outras duas crianças em direção à localidade de Santa Rosa. A depoente manifestou convicção de que os filhos foram subtraídos da mata, criticou a proliferação de calúnias digitais que a vitimaram e declarou estar recebendo acompanhamento assistencial e psicológico do município. O Subsecretário asseverou que o Governo do Estado empenhou aparato logístico e humano sem precedentes na história do Maranhão, com o engajamento integrado de todas as forças de segurança, Marinha e Exército Brasileiro. Afirmou que as investigações correm em caráter de prioridade sob a condução de uma banca composta por três delegados experientes e que a difusão massiva de notícias fraudulentas (fake news) operou como elemento severamente prejudicial ao progresso técnico das diligências. A presidente da comissão investigativa informou que o inquérito policial já conta com volume aproximado de 400 laudas e encontra-se submetido ao Poder Judiciário, tramitando sob estrito sigilo legal para resguardar a eficácia das medidas em andamento. Esclareceu que, sob a ótica estritamente técnica, as evidências coligidas nos autos até o presente momento não fornecem amparo material à hipótese de sequestro por terceiro no ato do desaparecimento, e que os exames periciais realizados no menor Kauan não apontaram vestígios de violência ou substâncias exógenas. Informou que o prazo para a conclusão dos trabalhos foi dilatado judicialmente por mais 120 dias. O delegado



Estado do Maranhão
Câmara Municipal de Bacabal

Murilo Tavares Pereira pontuou que todas as vertentes investigativas continuam ativas. Detalhou que a oitiva qualificada de Kauan revelou precisão geográfica rigorosa quanto aos locais percorridos na mata (como a "casa caída") e assegurou que as novas alegações trazidas pela genitora sobre o suposto envolvimento de um homem de motocicleta estão sendo formalmente apuradas e submetidas a exames periciais para triagem de eventual indução externa. Celso Serafim Júnior, juiz de direito, expôs as conclusões do relatório técnico emitido pelo NEAV, sustentando a inverossimilhança de que crianças de tenra idade pudessem perfazer, de forma autônoma, trajetos extensos em mata densa e fechada de difícil penetração. Manifestou que o órgão atua na linha teórica de rapto e informou a expedição de ofícios a portos, aeroportos e agências de transporte nacionais para coibir rotas de tráfico humano. Instou as autoridades a impedirem a revitimização secundária da mãe e defendeu a descentralização de delegacias especializadas no interior do estado. Manifestações Oficiais da PM-MA e CBM-MA: A Tenente-Coronel Leila Araújo e o Major David Abreu detalharam o emprego imediato de equipes táticas rurais especializadas (Cosar), helicópteros do Centro Tático Aéreo (CTA), drones termais e caninos farejadores de biosinal desde a noite do sinistro. Esclareceram que as buscas físicas de campo exauriram o perímetro assinalado, tendo os cães de rastro acompanhado o odor de uma das crianças até a margem do rio local, onde os vestígios cessaram. Franqueada a palavra aos parlamentares do Município de Bacabal, teceram comentários, questionamentos e participaram ativamente do debate contribuindo para ativamente para o trabalho da Comissão Externa de Prevenção e Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil da Câmara dos Deputados. Retomando a palavra, o Senhor Presidente da Comissão Externa, Deputado Federal Fernando Rodolfo, sintetizou os dados colhidos e firmou os seguintes compromissos institucionais da Câmara dos Deputados: Redigir e aprovar Relatório Oficial consubstanciado com os depoimentos colhidos nesta data; Realizar a entrega solene e pessoal do referido relatório ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública, em Brasília, formalizando o pedido de atuação conjunta e colaborativa da Polícia Federal e órgãos de inteligência da União no caso; Encaminhar pedido de informações e relatórios pormenorizados à Marinha do Brasil acerca do escaneamento do leito fluvial da região; Determinar a realização de diligência presencial imediata da Comissão à comunidade quilombola de origem das crianças para colheita de dados em campo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a hospitalidade da Câmara Municipal de Bacabal, o suporte logístico das autoridades estaduais e municipais e declarou encerrados os trabalhos da presente sessão de audiência pública. E, para constar, foi lavrada a presente Ata, que será lida e aprovada posteriormente, sendo assinada pela Mesa Diretora e pelos demais vereadores presentes. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Bacabal, Estado do Maranhão, em 18 de maio de 2026.

Natália Silva Medeiros da Costa

Presidente

José Alberto Veloso Sobrinho

1º Secretário

Reginaldo Castro de Araújo

2º Secretário